

A FUNÇÃO DO DIREITO URBANÍSTICO NA TENSÃO ENTRE CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA (Marcello Rennó de Siqueira Antunes) 1

UM ENSAIO PRAGMÁTICO SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE (Gabriel Capristo Stecca) 10

TETO REMUNERATÓRIO DO SERVIDOR PÚBLICO (Ivan Barbosa Rigolin) 17

DA INTERVENÇÃO OU SUPRESSÃO EVENTUAL E DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL: ANOTAÇÕES À RESOLUÇÃO CONAMA Nº 369/2006 (Tauã Lima Verdan Rangel) 24

RESPONSABILIDADE PELA PRESCRIÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO (Luciano Wagner Firme) 35

CONCURSO PÚBLICO. Prazo mínimo entre a publicação do edital e a realização das provas. Distinção com a modalidade licitatória concurso. Legislação municipal omissa quanto à matéria. Fixação do prazo no edital de concurso. Princípio da razoabilidade. 47

SERVIDOR PÚBLICO. Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Silêncio da legislação local a respeito de determinada matéria. Utilização subsidiária do regramento do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Licença-maternidade. Natimorto ou recém-nascido que vem a falecer após o nascimento. 48

MUNICÍPIO – Inscrição no SIAFI/CAUC – Atos imputados ao gestor anterior – Não cabimento – Comprovação da adoção de providências contra o ex-Prefeito para reparar os danos eventualmente cometidos – Ajuizamento de ações de improbidade administrativa (STJ) 51

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – Autarquia municipal – Prestação parcial do serviço de esgotamento sanitário – Existência de rede coletora e de transporte com ausência do tratamento de efluentes – Pagamento da tarifa devido, mesmo com a deficiência na prestação – Não cabimento sequer da redução proporcional do preço público – Precedentes (TJRJ) 55

LEI MUNICIPAL – Disposição sobre a isenção do pagamento de despesas com a realização de funeral à pessoa que tiver doado, por ato próprio ou por meio de seus familiares ou responsáveis, seus órgãos ou tecidos corporais para fins de transplante médico – Inconstitucionalidade – Vício de iniciativa – Competência privativa do Executivo na iniciativa legislativa de projetos que interfiram na gestão administrativa – Desrespeito ao princípio da reserva de administração (TJSP) 62

EDITAL DE CREDENCIAMENTO – Município – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços auxiliares de diagnóstico e laboratório clínico – Limitação temporal e omissão na abertura de novo credenciamento – Descumprimento parcial de acórdão proferido pela Corte de Contas – Diversas tentativas da Urbe de corrigir o erro apontado pelo Tribunal – Não caracterização de conduta omissiva do Prefeito e do Secretário de Saúde – Afastamento da aplicação de penalidade (TCES) 68

A INÉDITA DESVINCULAÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS (DRM) (Flavio Corrêa de Toledo Junior) 77

A PRESCRIÇÃO NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: QUESTÕES ATUAIS (Rafael Carvalho Rezende Oliveira) 80

DESMISTIFICANDO O SENTIDO E ALCANCE DO DIREITO ECONÔMICO ATRAVÉS DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS (Marcelo Barbaresco) 91

AUTONOMIA MUNICIPAL NA CRIAÇÃO DE VANTAGENS FUNCIONAIS (Ivan Barbosa Rigolin) 102

FUNÇÃO FISCALIZADORA DO PODER LEGISLATIVO: FORMAS DE EXERCÍCIO (Luciana de Fátima da Silva e Marcella Falbo Giacaglia) 109

MUNICÍPIO – Determinação de que as empresas contratadas pela Urbe depositem na Câmara Municipal os contratos, laudos e guias de recolhimento de FGTS e de INSS, para fiscalização pelo Poder Legislativo, e ainda de que a Casa de Leis publique em editais e jornais locais as irregularidades apuradas – Interferência do Executivo no Legislativo – Afronta ao art. 2º da CF/1988. 115

CONCURSO PÚBLICO – Auxiliar de educador/cuidador – Convocação para a posse – Comprovação de experiência profissional em cuidados com crianças e adolescentes – Previsão editalícia – Ausência de especificação da forma – Declaração firmada pelo ex-empregador da candidata de que ela prestou serviços de babá por tempo superior aos seis meses exigidos pelo instrumento convocatório – Atendimento à finalidade – Princípios da razoabilidade e da vinculação ao edital (TJMG) 117

CONCURSO PÚBLICO – Professora – Aprovação em certame no segundo lugar – Pretensa condenação do Município e efetivação

de sua posse – Previsão editalícia de uma vaga – Nomeação da docente via administrativa – Perda do objeto – Pedido de indenização e pagamento de vencimentos pretéritos – Não cabimento – Não exercício de fato das atividades que ensejariam a devida retribuição, aliado à inexistência de culpa no agir da Administração – Matéria já solvida pelo STF (TJRS) 120

EXECUÇÃO FISCAL – IPTU – Ausência de envio de carnê de pagamento ao contribuinte – Direito de defesa não prejudicado – Imposto lançado de ofício anualmente pelo Fisco – Débito regularmente inscrito em dívida ativa – Presunção de certeza e liquidez relativa que não restou ilidida por prova inequívoca em sentido contrário (TJSC) 124

LEI MUNICIPAL – Iniciativa parlamentar – Disposição sobre afixação de placas com informações da pessoa homenageada com a denominação dos próprios públicos da Urbe – Criação de despesas e imposição de atribuições ao Poder Executivo – Produção de placas, colocação e regulamentação da lei em questão Vício de iniciativa – Afronta à independência e à separação dos Poderes – Desrespeito ao princípio constitucional da reserva da administração – Inconstitucionalidade do diploma legal (TJSP) 128

PROCON – Aplicação de multa – CEF – Excesso de tempo de espera em filas de agências bancárias – Poder de polícia – Escolha da penalidade imposta que se situa no âmbito do poder discricionário da autoridade fiscalizadora – Inexistência de excesso no valor da sanção administrativa (TRF4ªR) 137

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – Reformas de ginásios e construção de praça em Município – Contratos de repasse operacionalizados pela CEF – Vínculo societário do engenheiro, autor dos projetos básicos, com a empresa vencedora dos certames Irrelevância do desligamento do quadro societário pouco antes do lançamento do edital – Vedação expressa do art. 9º, § 3º, da Lei nº 8.666/1993 – Outras irregularidades de responsabilidade da CPL e do ex-Prefeito – Aplicação de multa à presidente da CPL e aos seus membros, ao ex-Alcaide e ao engenheiro (TCU) 143

CONCLUSÕES DO XLI SIMPÓSIO DE DIREITO TRIBUTÁRIO DO CEU – ESCOLA DE DIREITO. SEGURANÇA JURÍDICA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA (Ives Gandra da Silva Martins) **153**

DESAPOSENTAÇÃO NO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS): REPERCUSSÃO DA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL QUE VEDA O INSTITUTO NO ÂMBITO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS) (Maria Lúcia Miranda Alvares) **160**

ACORDO CELEBRADO PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIO QUE CAUSA PREJUÍZO AO ERÁRIO: A EC Nº 62/2009 E O INTERESSE PÚBLICO (Gina Copola) **174**

LEI ANTICORRUPÇÃO: RESPONSABILIDADE OBJETIVA POR ATOS LESIVOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (José Anacleto Abduch Santos) **183**

SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – Eleição para o cargo de Vice-Prefeito – Acumulação de remuneração e subsídios – Impossibilidade. **187**

DIREITO À SEPULTURA – Cemitério público – Concessão administrativa – Abandono do sepulcro – Motivo para a extinção do direito à sepultura – Instauração do competente processo administrativo – Notificação dos familiares – Ausência de providências ou notificação infrutífera – Revogação do direito à sepultura, demolição e remoção dos restos mortais para o ossário geral – Nova concessão. **188**

VEÍCULO DA FROTA MUNICIPAL – Furto de bateria ocorrido nas dependências de órgão da Administração – Instauração de sindicância – Lavratura de boletim de ocorrência. **189**

REGISTRO DE CANDIDATURA – Vereador – Eleições 2016 – Indeferimento por ausência de filiação partidária pelo prazo mínimo

estabelecido no estatuto de partido político – Agremiação que editou resolução para se adequar à nova redação do art. 9º da Lei nº 9.504/1997, dada pela Lei nº 11.165/2015 – Admissão para condições de elegibilidade – Alterações fáticas e jurídicas supervenientes ao registro que beneficiam o candidato – Inteligência do art. 11, § 10, da Lei nº 9.504/1997 – Deferimento do registro (TSE) **191**

LEI MUNICIPAL – Instituição do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural da Urbe – Inconstitucionalidade – Vício formal – Transgressão do devido processo legislativo – Matérias de cunho urbanístico com normas sobre uso e ocupação do solo e limitações administrativas – Ausência de ampla e efetiva participação popular – Disposições sobre prazo para o término do processo administrativo de tombamento e caducidade – Contrariedade à legislação federal regente da matéria (TJSP) **196**

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL – Conselho Regional de Enfermagem – Ação civil pública contra Município – Exigência de que o hospital local contrate profissionais técnicos e auxiliares, adote medidas necessárias para sanar problemas de infraestrutura e implante “sistematização da assistência de enfermagem” no local – Não cabimento – Pretensões que escapam das atribuições previstas no art. 15 da Lei nº 5.905/1973 – Exorbitância do órgão no que concerne à disciplina legal em matéria de fiscalização e controle do exercício profissional – Imposição à unidade hospitalar da obrigação de afastar de seus quadros enfermeiros ou técnicos de enfermagem em situação irregular perante o Conselho – Não cabimento – Ausência de informação acerca da imposição de penalidades (TRF2ªR) **206**

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO – Ex-Prefeito, ex-Secretário Municipal de Infraestrutura, ex-Presidente e membros da comissão permanente de licitação – Município – Irregularidades em contrato de repasse – Construção habitacional, regularização fundiária e ampliação da rede de distribuição de água – Condenação dos responsáveis em débito e aplicação de multa – Apresentação de argumentos insuficientes para modificar juízo anterior (TCU) **213**

A UBER COMO INOVAÇÃO DISRUPTIVA: UM ESTUDO DE CASO À LUZ DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM A ORDEM ECONÔMICA BRASILEIRA (Braulio Mattos) **229**

DIREITO AO SILÊNCIO: BREVE NOTÍCIA DA JURISPRUDÊNCIA NORTE-AMERICANA (Cristiano de Jesus Pereira Nascimento) **242**

CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL: O JULGAMENTO É REALIZADO PELO PODER LEGISLATIVO (Gina Copola) **252**

A EDIÇÃO DE DECRETOS MUNICIPAIS RECONHECENDO EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE FINANCEIRA E A SUA VALIDADE FRENTE À SISTEMÁTICA DO DIREITO FINANCEIRO (Wilson Roberto Mateus) **255**

BEM PÚBLICO – Área verde de loteamento – Patrimônio ecológico do Município insuscetível de outra destinação, nos termos de dispositivo da LOM – Bem de uso comum do povo – Uso especial pela Polícia Militar para a instalação de antena de transmissão – Utilização não privativa – Destinação secundária que não modifica a destinação principal – Possibilidade – Permissão de uso. **263**

CONCURSO PÚBLICO – Nomeação tardia para o cargo de cirurgião-dentista – Reconhecimento, em sede de mandado de segurança, de ilegalidade perpetrada pelo Município, que renovou contratos temporários após a homologação do certame – Pretensa percepção de indenização por danos materiais – Não cabimento (STJ) **265**

LEI MUNICIPAL – Inconstitucionalidade formal e material – Vício de iniciativa e violação à independência e autonomia entre os Poderes – Subordinação da celebração de acordos ou convênios firmados por órgãos do Executivo à autorização prévia ou ratificação do Poder Legislativo – Delimitação do objeto dos ajustes e dos sujeitos dos pactos eventualmente firmados (TJES) **268**

GUARDA MUNICIPAL – Servidor público – Cessão para autarquia de trânsito – Fiscalização e exercício de poder de polícia administrativa – Desempenho precípuo das funções de agente de trânsito que não podem ser encartadas dentre as atribuições do cargo efetivo, sob as

vestes de apoio e suporte – Desvio de função – Indenização pelas diferenças remuneratórias (TJMG) **272**

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Presidente do Conselho Tutelar – Emissão de recibos em valores superiores aos efetivamente pagos por Vereadores condenados a penas restritivas de liberdade substituídas por restritivas de direitos consistentes em “prestação pecuniária” – Não demonstração da reversão do montante a favor do órgão – Enriquecimento ilícito – Dolo genérico caracterizado – Condenação à perda do cargo, ou impedimento de concorrer novamente, pelo prazo de oito anos, além do dever de ressarcir ao Conselho o valor indevidamente recebido (TJMS) **277**

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Remoção de árvore localizada em via pública – Danos ao calçamento e rachaduras em residência unifamiliar – Código de Posturas do Município – Previsão da responsabilização da Urbe pela reconstrução ou conserto de passeios ou muros em caso de estragos ocasionados pela arborização de logradouros públicos – Comunicação da parte autora à Administração, que se manteve inerte – Pessoa idosa que precisou lidar com a dificuldade de locomoção na calçada – Situação que ultrapassa o mero aborrecimento ou desconforto – Caracterização de dano moral *in re ipsa* – Indenização por danos material e extrapatrimonial (TJRJ) **288**

PROCESSO ADMINISTRATIVO – Procon – Auto de infração – Violação da legislação consumerista – Aplicação de multa – Ação anulatória ajuizada contra o Município – Observância do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório – Descabimento da redução da sanção pecuniária – Recebimento de centenas de reclamações, gravidade da infração por período significativo, dano potencial da conduta, além da condição econômica da fornecedora – Unidade de Referência Municipal como indexadora de todas as penalidades administrativas (TJRS) **294**

CONVÊNIO – Município – Inexecução parcial do objeto – Implantação de sistema local de abastecimento de água – Trâmite de ação de improbidade administrativa contra o ex-Prefeito que não impede o regular prosseguimento da apreciação do processo de contas no âmbito do TCU – Irregularidade das contas – Não ocorrência de prescrição da pretensão punitiva – Condenação em débito – Aplicação de multa – Ajuste nos valores (TCU) **298**

TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR: REVISITANDO O INSTITUTO A PARTIR DO NOVO PLANO DIRETOR DE SÃO PAULO (Antonio Blanco-González) **305**

ANÁLISE DE LEIS *ANTIBULLYING* DO SUL DO BRASIL E DO PROGRAMA DE COMBATE À INTIMIDAÇÃO SISTEMÁTICA (Ricardo Bispo Razaboni Junior; Rafael José Nadim de Lazari) **330**

A EMENDA Nº 94 E O NOVO PARCELAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS (Flavio Corrêa de Toledo Junior) **339**

CONCURSO PÚBLICO – Reclassificação ou reposicionamento, a pedido do candidato aprovado, para o último lugar da lista – “Omissão” do edital – Princípios da vinculação ao instrumento convocatório do certame e da razoabilidade – Considerações **343**

DOAÇÃO – Administração Municipal fundacional – Recebimento de bem particular em doação sem ônus – Inserção do nome do doador no objeto, mediante autorização expressa da Administração donatária – Admissibilidade, desde que não comprometa a paisagem urbana e ambiental **344**

SECRETÁRIO MUNICIPAL – Designação como membro de comissão municipal – Percepção de gratificação – Afronta à regra constitucional do recebimento de subsídios em parcela única – Ofensa ao princípio da segregação de funções **345**

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Ministério Público – Obrigação de fazer – Adoção pelo município de providências práticas para impedir o trânsito de máquinas agrícolas e veículos pesados em seu perímetro urbano, além de tornar transitável o anel viário da região – Controle judicial de políticas públicas – Possibilidade – Relevante repercussão social – Meio processual adequado para discutir temas afetos à ordem urbanística – Prosseguimento da demanda (STJ) **347**

IPTU – Lei municipal – Dispositivos que preveem a extinção da progressividade do tributo no tempo e a redução de sua alíquota quando incidente sobre a propriedade de lotes vagos e de edificações inacabadas ou em ruínas – Alegada violação ao princípio da função social da propriedade urbana – Não ocorrência – Constitucionalidade do diploma legal – Extrafiscalidade – Adoção não compulsória pelo administrador municipal (TJMG) **355**

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Responsabilidade subjetiva – Hospital universitário – Paciente que teve o olho arrancado por outra, que se encontrava internada no mesmo quarto do nosocômio – Comprovação da culpa anônima e do nexo causal entre a omissão de vigilância e fiscalização e o evento danoso – *Faute du service* – Indenização por danos morais devida (TJSP) **359**

MEIO AMBIENTE – Construção em APP, a 5 metros de rio, sem licença ambiental e com a conveniência inicial do Município, que elaborou parecer favorável à edificação – Posteriores notificações de embargo da obra ignoradas pelo particular – Ação civil pública – Ministério Público – Condenação solidária da pessoa física e da Urbe – Omissão em seu dever de fiscalização e proteção ambiental – Demolição do imóvel, recolhimento dos entulhos dela provenientes e execução de Plano de Recuperação da Área Degradada (Prad) – Pagamento de indenização – Redução do montante devido pelo ente público (TRF4ªR) **362**

FNDE – Tomada de Contas Especial – Ex-Prefeito Municipal – Recursos federais repassados à Urbe na modalidade fundo a fundo à conta do PNATE – Pagamento de tarifas bancárias não admitidas no programa – Débitos na conta específica sem que a informação constasse no demonstrativo – Divergência entre o demonstrativo da execução da receita e da despesa e o extrato específico – Contas irregulares – Condenação do ex-Alcaide ao pagamento do débito (TCU) **372**

A APLICAÇÃO DE PENALIDADES NO DIREITO TRIBUTÁRIO E O DEVIDO RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA PROPORCIONALIDADE E DA VEDAÇÃO AO EFEITO DE CONFISCO (Vinicius Tadeu Campanile) **381**

NOTAS À GESTÃO DOS BENS PÚBLICOS (Tauã Lima Verdan Rangel) **391**

DA INCIDÊNCIA DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO PENAL NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS QUE INVESTIGUEM INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA TAMBÉM CAPITULADA COMO CRIME (Pedro Henrique Colombini Delpino) **406**

A NEGLIGÊNCIA DOS MUNICÍPIOS EM INSTITUIR O PLANO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (Gina Copola) **412**

SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO – Município – Licença para tratar de interesses particulares, sem vencimentos – Assunção de cargo de provimento em comissão em outra Urbe – Considerações **415**

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – Irregularidades na tramitação – Afronta ao princípio da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal – Nulidade – Vícios insanáveis – Necessidade da instauração de um novo processo por determinação da autoridade competente **416**

IPTU – Imóvel utilizado pela CBTU – Sociedade de economia mista – Execução, como atividade-fim, em função de sua específica destinação institucional, de serviços de transporte ferroviário – Serviço público – Outorga pela União Federal do exercício de um encargo, sem que esse perca o atributo da estatalidade que lhe é próprio – Extensão à empresa governamental da proteção constitucional fundada na garantia da imunidade tributária recíproca – Inteligência do art. 150, inc. VI, al. a, da CF (STF) **417**

SERVIDOR PÚBLICO – Greve – Desconto dos dias parados e não compensados – Prescindibilidade de prévio processo administrativo – Desnecessidade de intimação pessoal para realizar a reposição dos dias não trabalhados – Comprovação de que o próprio funcionário fez a opção pela compensação em regime de mutirão – Possibilidade do parcelamento do desconto – Aplicação analógica do art. 46, *caput*, e § 1º, da Lei nº 8.112/1990 (STJ) **422**

DIREITO À MORADIA – “Projeto terra mais igual” – Moradora de imóvel situado em morro, em péssimo estado de conservação, com alto risco de desabamento – Casa “condenada” há mais de três anos, sem a adoção de qualquer providência pelo Município – Afronta à dignidade da pessoa humana – Concessão imediata do benefício previsto em lei municipal – Pagamento de aluguel provisório à jurisdicionada, respeitando a ordem cronológica de inscrição no programa (TJES) **425**

DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO – Matrícula de criança em creche – Direito subjetivo do menor assegurado pela CF/1988 e por legislação infraconstitucional – Inexistência de discricionariedade administrativa – Dever do Estado – Não comprovação de afronta à reserva do possível – Previsão no orçamento, pelo Poder Executivo, dos recursos razoavelmente necessários a serem empregados na educação (TJRJ) **432**

PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL – Imóvel cadastrado no inventário do Município, do IPHAE e do IPHAN – Pretensa demolição do bem – Impossibilidade – Limitação administrativa, nos termos do art. 216, § 1º, da CF – Alegada desapropriação indireta – Não caracterização – Propriedade da construção não alterada – Pedido de isenção de IPTU – Descabimento – Previsão na legislação local do benefício apenas para bens tombados (TJR5) **436**

CONVÊNIO – Realização do projeto “Feira da Amizade” no Município – Recursos repassados pelo Ministério do Turismo – Irregularidades na execução física e financeira do ajuste – Não demonstração da prestação dos serviços – Irregularidades das contas do Prefeito Municipal e da empresa contratada – Condenação dos responsáveis, em regime de solidariedade, ao pagamento do débito – Aplicação de multa individual (TCU) **445**

CONSORCIOS PARA PRESTAÇÃO OU REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO (Thiago Marrara; Raul Miguel Freitas de Oliveira) **457**

ASPECTOS POLÊMICOS DA TRIBUTAÇÃO DO ISS REFERENTE ÀS SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS (SUP) (Vinicius Tadeu Campanile) **475**

OS LIMITES DE REGULAMENTAÇÃO DO ESTADO SOBRE O TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS E A INCONSTITUCIONALIDADE DO PROJETO DE LEI Nº 5.587/2016 (Gabriel Senra da Cunha Pereira) **481**

O INSTITUTO DA CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS EM EXAME: PRIMEIRAS REFLEXÕES (Tauã Lima Verdan Rangel) **486**

CÂMARA MUNICIPAL – Hipóteses de licença dos vereadores – Matéria a ser disciplinada por lei orgânica – Regimento Interno – Ato normativo que se destina a regular o trabalho da edilidade – Previsão de licenças no Regimento Interno não constantes da LOM – Irregularidade **493**

CÂMARA MUNICIPAL – Satisfação de despesas decorrentes de viagens nacionais e internacionais para cumprimento, por parte de vereadores, de missões oficiais de interesse da Urbe – Admissibilidade – Preexistência ou edição de norma legal autorizadora – Pertinência entre as atividades desempenhadas pelos agentes políticos e o interesse do Município **493**

SERVIDOR PÚBLICO – Município – Adicional de insalubridade – Base de cálculo – Inexistência de disciplina normativa – Omissão legislativa – Fixação do vencimento básico como base de cálculo pelo Poder Judiciário – Legitimidade – Jurisprudência de ambas as Turmas firmada no sentido da decisão embargada (STF) **495**

DIREITO URBANÍSTICO – Imóvel que, embora seja sede de uma empresa, tem sido utilizado para fins de exploração de atividade econômica diversa – Locação de quartos e quitinetes, além de modificação, com acréscimo de área construída, sem a devida autorização do Município – Auto de infração lavrado há mais de

dois anos – Morosidade injustificada – Determinação do impulso do processo administrativo de regularização do imóvel no prazo de trinta dias – Solução da controvérsia, seja por meio de embargo ou demolição – Garantia da razoável duração do processo (TJGO) **498**

MEIO AMBIENTE – Ação civil pública – Determinação por sentença do recolhimento pelo Município de cães e gatos abandonados em via pública, além da disponibilização de locais para abrigo e tratamento veterinário – Controle judicial de políticas públicas – Não ocorrência de violação ao princípio da separação de Poderes – Omissão administrativa e resistência da Urbe em implementar as medidas – Controle da população de animais, da saúde pública dos jurisdicionados e da segurança – Afastamento, entretanto, da obrigação de o Município disponibilizar abrigo aos bichos entregues por cuidadores particulares (TJSC) **508**

AGENTE PÚBLICO – Serviço municipal de água e saneamento – Divulgação, por meio de comunicado interno, do suposto consumo de drogas pelo servidor no ambiente de trabalho – Exposição na mídia – Apuração por sindicância da inveracidade das informações – Pagamento de indenização por danos morais pela autarquia – Documento confeccionado de forma irresponsável que deu oficialidade a boatos (TJSP) **517**

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Não ocorrência – Ocupação irregular de “casas de passagem” para abrigamento provisório de famílias em situação de risco – Utilização como moradia e realização de ligações clandestinas para furto de energia – Ingresso das famílias autorizado verbalmente por ex-Prefeito, falecido durante o mandato – Impossibilidade da responsabilização do vice-Alcaide pelo ato – Razoabilidade do lapso temporal de um ano e meio para desocupação das casas, tendo em vista a hipossuficiência dos moradores – Inexistência de omissão dolosa ou culposa – Realocação e pagamento de aluguel social para uma das famílias, e ajuizamento de ação de reintegração de posse em relação à outra – Não cabimento da retomada *manu militari* (TJPR) **521**

ACUMULAÇÃO DE CARGOS – Exercício simultâneo do cargo efetivo de professor de magistério superior em universidade federal com o de secretário municipal de educação – Cargo em comissão não considerado como técnico ou científico, nos termos do art. 37, inc. XVI, *b*, da CF – Hipótese, entretanto, em que concedida licença sem remuneração ao docente – Regularidade – Inegáveis circunstâncias materiais atinentes ao proveito do saber acadêmico em prol da Urbe (TCU) **526**

A COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DOS MUNICÍPIOS PARA ASSUNTOS DE INTERESSE LOCAL E POSSÍVEIS CONFLITOS COM A COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA DISPOR SOBRE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA (Marília dos Santos Dias Rennó; Carolina Barros Fidalgo; Rafaela Coutinho Canetti) **533**

O PSA URBANO COMO MANIFESTAÇÃO DO PODER DE POLÍTICA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO (Rodrigo Henrique Branquinho Barboza Tozzi) **549**

DO SOLO URBANO À LUZ DOS EQUIPAMENTOS URBANOS: SINGELAS TESSITURAS SOBRE A TEMÁTICA (Tauã Lima Verdan Rangel) **557**

CONVÊNIO – Pretensa celebração de ajuste entre a Urbe e pessoa jurídica de Direito Privado – Art. 116 da Lei de Licitações – Descabimento – Vigência da Lei nº 13.019/2014 – Interesses contrapostos – Contrato administrativo – Efeitos retroativos – Impossibilidade **567**

AGENTE PÚBLICO – Empregado público ocupante de cargo em comissão – Demissão *ad nutum* – Ausência de estabilidade – Demissão a qualquer tempo, independentemente de qualquer justificativa ou processo administrativo – Desnecessidade de exame demissional – Exoneração em período de afastamento por auxílio-doença – Inexistência de vício no ato – Descabimento de reintegração – Benefícios previdenciários – Considerações **568**

LOTEAMENTO IRREGULAR – Condenação do Município a realizar somente as obras essenciais – Infraestrutura necessária para inserção de malha urbana, como ruas, esgoto, energia e iluminação pública, de modo a atender os moradores já instalados – Poder-dever da Urbe – Responsáveis que devem ser cobrados dos custos incorridos na atuação saneadora do ente municipal – Interpretação do art. 40, § 5º, da Lei nº 6.766/1979 (STJ) **571**

IMÓVEL URBANO – Aplicação de multa pela má-conservação do bem – Notificação preliminar por meio de edital publicado no Diário Oficial do Município – Validade, nos termos da legislação – Posterior lavratura dos autos de infração, também publicados no veículo de imprensa oficial, assegurando o exercício do contraditório e da ampla

defesa – Redução do valor da sanção pecuniária – Cabimento, tendo em vista a metragem do terreno e da não caracterização de reincidência – Pretensão pagamento da penalidade com desconto de cinquenta por cento – Inadmissibilidade (TJPR) **577**

DIREITO À EDUCAÇÃO – Município – “Programa Todos pela Educação” – Concessão de bolsas de estudos em instituições privadas a alunos da rede pública – Alegação por estudante de que os critérios adotados afrontam o princípio da publicidade, da legalidade e da razoabilidade – Não ocorrência – Redução do número de vagas respaldado em dispositivo legal, tendo em vista se encontrar adstrito ao valor de ISSQN devido mensalmente à Urbe, acrescido do valor de 20% – Inexistência de violação à isonomia – Observância à legislação de regência (TJRJ) **584**

PODER DE POLÍTICA – Município – Interdição de empresa que envasa e comercializa água mineral em virtude de indícios de contaminação dos consumidores – Recolhimento dos produtos suspeitos – Poder-dever do ente da polícia sanitária – Risco à saúde pública – Aplicação de medidas autoexecutáveis – Presunção de legalidade e legitimidade dos atos administrativos – Razoabilidade e proporcionalidade – Não cabimento do dever de indenizar – Ato lícito – Exercício regular de direito pela Administração e dever funcional dos servidores responsáveis pela fiscalização sanitária (TJSC) **587**

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO – Associação promotora de jogo de pôquer – Alegada modalidade *texas hold'em* em que a atividade esportiva depende da habilidade do jogador – Controvérsia sobre a caracterização como jogo de azar – Irrelevância, na hipótese, visto não terem sido esclarecidas as questões da cobrança de taxa de inscrição, pagamento de entrada no clube, apostas, entre outras – Não demonstração da inexistência da prática de atividade ilícita no estabelecimento – Legalidade do indeferimento do ato administrativo (TJSP) **595**

CONVÊNIO – Celebração entre o Município e o Ministério do Turismo – Apoio à realização do “Festival da Castanha” – Contratação direta de empresa para realização de shows – Ausência de nexo causal entre as despesas do pacto e os recursos federais recebidos – Não comprovação pelo gestor do efetivo pagamento às bandas que teriam se apresentado no evento – Irregularidades das contas do ex-Prefeito – Condenação em débito – Aplicação de multa (TCU) **600**



**ENFIM, A VIGÊNCIA DA LEI QUE ALCANÇA AS SUBVENÇÕES, OS AUXÍLIOS E AS CONTRIBUIÇÕES – O MARCO REGULATÓRIO DAS ONGs (Flavio Corrêa de Toledo Junior) 609**

**PODER DE PROPULSÃO DOS MUNICÍPIOS, DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (Vinicius Tadeu Campanile) 614**

**A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL POR MEIO DO TOMBAMENTO: A LEGITIMAÇÃO DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA EM PROL DO INTERESSE COLETIVO (Felipe Alves Pimenta; Tauã Lima Verdan Rangel) 622**

**A ACUMULAÇÃO LÍCITA DE CARGOS PÚBLICOS *VERSUS* A PERCEPÇÃO SIMULTÂNEA DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA COM REMUNERAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E A QUESTÃO DO TETO REMUNERATÓRIO: MECANISMO MORALIZADOR NA FOLHA DE PAGAMENTO – PARECER (Tiago Moraes Ribeiro) 635**

**SERVIDORES PÚBLICOS – Progressão na carreira – Processo conduzido por uma comissão constituída para tal desiderato – Participação como membros de funcionários que também pretendem se submeter a tal procedimento – Inadmissibilidade – Presença de manifesto interesse na matéria por parte de tais agentes públicos 639**

**PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – Servidor público – Divulgação de informações sigilosas ou pessoais, a exemplo de endereço e telefone residenciais, CPF e RG – Inadmissibilidade – Observância da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e Constituição Federal 640**

**PROFESSORA – Rede pública municipal – Supressão de vantagem pecuniária decorrente da incorporação de carga horária deferida em processo administrativo anterior – Legalidade – Observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa em regular processo administrativo prévio – Poder-dever de autotutela da Administração – Anulação dos próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais (STJ) 643**

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Concessionária de serviço público – Fornecimento de água contaminada por cadáver em decomposição encontrado no interior do principal reservatório de água – Inadequação da prestação do serviço público – Risco à saúde e à segurança da população do Município – Caracterização do nex causal entre a conduta omissiva da empresa e o resultado lesivo aos consumidores – Indenização por danos morais devida (TJMG) 647**

**SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL – Empréstimo consignado com a CEF – Retenção dos valores descontados em folha de pagamento – Ausência de repasse à instituição financeira mutuante – Inscrição do nome da funcionária em cadastro negativo de crédito – Retenção e repasse dos valores que devem ser realizados pela fonte pagadora, nos termos do art. 3º, inc. III, da Lei nº 10.820/2003, somente se eximindo da responsabilidade quando houver insuficiência de vencimentos ou perda de vínculo, conforme o art. 9º da Lei nº 1.046/1950 – Indenização por danos morais – Cabimento – Determinação, ademais, da regularização do repasse do valor descontado do contracheque com relação às parcelas devidas (TJRJ) 653**

**DIREITO À EDUCAÇÃO – Adolescente com necessidades especiais – Disponibilização de monitor especial para acompanhamento e auxílio durante o horário escolar – Hipótese em que caracterizada ilegitimidade passiva do Município – Jovem residente e estudante em outra Urbe – Inexistência de afronta à autonomia do Poder Executivo – Não ocorrência de violação aos princípios da universalidade, da isonomia e da igualdade – Condenação do ente estadual – Inteligência dos arts. 208, inc. III, e 227, § 1º, inc. II, da CF; dos arts. 4º e 54, inc. III, do ECA e arts. 4º, 58 e 59 da Lei nº 9.394/1996 (TJRS) 657**

**PODER DE POLÍCIA – Procon municipal – Reclamação de consumidor referente à cobrança de “valor de comissão” em contrato de financiamento – Interpretação de cláusula contratual considerada abusiva – Aplicação de multa – Decisão exorbitante à competência do órgão administrativo – Imposição de sanção no intuito de que seja cumprida obrigação *inter partes* – Usurpação das funções do Judiciário – Ação declaratória de nulidade do ato administrativo procedente (TJSC) 660**

**CONVÊNIO – Incentivo ao turismo em Município – Projeto *Cowboy Night* – Falta de comprovação da aplicação regular dos recursos federais – Ausência de documentação comprobatória das despesas relacionadas no plano de trabalho – Caráter privado do evento em função da cobrança de ingresso e não disponibilização de espaços gratuitos – Não atendimento ao interesse público – Julgamento pela irregularidade das contas e aplicação de multa à coordenadora-geral de análise de projetos, ao assistente técnico, ao assessor e ao secretário nacional de políticas de turismo – Acolhimento das justificativas apresentadas pelos responsáveis pela elaboração e aprovação do parecer jurídico em favor da celebração do ajuste – Irregularidade das contas do instituto conveniente e do seu então presidente – Condenação solidária ao ressarcimento da importância devida e aplicação de multa – Ex-presidente da entidade ainda apenado com sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública (TCU) 665**